

FREDERICO BLASI NETTO

**TEORIA E PRÁTICA
DA PRESCRIÇÃO PENAL**

editora
Del Rey

Belo Horizonte

2023

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1
I – PARTE GERAL.....	3
1. DIREITO DE PUNIR DO ESTADO.....	3
2. NATUREZA JURÍDICA.....	5
3. CRIMES IMPRESCRITÍVEIS	6
4. PRAZO PRESCRICIONAL.....	6
4.1 Lei n. 12.234, de 5 de maio de 2010.....	8
4.1.1 Irretroatividade da lei.....	8
4.2 Como calcular o prazo de prescrição?	10
4.3 Alteração do prazo prescricional	10
5. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL.....	11
5.1 Causas interruptivas e suspensivas.....	14
5.1.1 Causas interruptivas da prescrição	14
5.1.2 Causas suspensivas (ou impeditivas) da prescrição	17
6. ESPÉCIES DE PRESCRIÇÃO	21
7. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO	22
8. MOMENTO EM QUE A PRESCRIÇÃO COMEÇA A PREOCUPAR OS OPERADORES DO DIREITO	24
9. A QUEM INTERESSA A PRESCRIÇÃO?	24
10. PRESCRIÇÃO E EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	26

II – PARTE ESPECIAL – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA 29

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS..... 29

2. PRAZO E FORMA DE APURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO
DA PRETENSÃO PUNITIVA..... 32

2.1 Nos delitos apenados com pena privativa de liberdade..... 32

2.2 Nos delitos apenados com pena privativa de liberdade e também
pena de multa, alternativa ou cumulativamente 33

2.3 Nos delitos apenados unicamente com multa..... 35

2.4 Nos delitos em que a pena privativa de liberdade não é indicada
diretamente, mas como fração dessa pena, como ocorre
na tentativa e nas causas de aumento e diminuição de pena..... 35

2.4.1 Na tentativa..... 36

2.4.2 Nas causas de aumento e de diminuição de pena..... 37

2.4.3 Nas circunstâncias agravantes e atenuantes..... 40

2.5 No concurso de crimes 41

2.5.1 Concurso material (art. 69 do CP)..... 42

2.5.2 Concurso formal (art. 70 do CP) 45

2.5.3 Crime continuado (art. 71 do CP)..... 46

2.6 Nos crimes acessórios, complexos e conexos 48

2.6.1 Acessórios 48

2.6.2 Complexos..... 49

2.6.3 Conexos 50

2.7 No caso de desclassificação da imputação..... 51

2.8 A *emendatio libelli* e o prazo prescricional..... 55

2.9 No caso de aplicação de medida de segurança 56

2.9.1 Inimputáveis 56

2.9.2 Semi-imputáveis..... 57

3. REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL 59

4. AUMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL..... 63

5. TERMO INICIAL, TERMO FINAL E CAUSAS INTERRUPTIVAS
DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA 63

5.1 Termo final da prescrição da pretensão punitiva..... 66

5.2 Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva 66

5.2.1	Primeira causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.....	68
5.2.2	Segunda causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.....	71
5.2.3	Terceira causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.....	73
5.2.4	Quarta causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva.....	75
5.2.4.1	Sentença condenatória recorrível.....	75
5.2.4.2	Acórdão condenatório recorrível	78
5.3	Comunicabilidade das causas interruptivas (§ 1º do art. 117)	94
5.3.1	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva aos autores do crime	96
5.3.2	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva aos crimes conexos objeto do mesmo processo	98

6.	CAUSAS SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	101
6.1	Primeira causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva ...	102
6.2	Segunda causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva....	105
6.3	Terceira causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva.....	106
6.4	Quarta causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva	106
6.5	Quinta causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva	107
6.6	Sexta causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva.....	110
6.7	Sétima causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva (Lei n. 9.099/1995)	110
6.8	Termo inicial e termo final da suspensão do processo.....	111
6.9	Cálculo do prazo de prescrição	111
6.10	Oitava causa suspensiva da prescrição da pretensão punitiva	113
7.	EFEITOS DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.....	115

III -	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE E PRESCRIÇÃO RETROATIVA.....	119
-------	---	-----

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	119
----	---------------------------	-----

2. FORMAS DE APURAÇÃO DO PRAZO DAS PRESCRIÇÕES INTERCORRENTE E RETROATIVA.....	121
2.1 Se a pena fixada pela sentença foi privativa de liberdade.....	121
2.2 Se a pena foi restritiva de direitos.	121
2.3 Se a pena foi só de multa (original ou substitutiva, art. 44 do CP)	122
2.4 Fixação da pena que serve de base à apuração do prazo prescricional na tentativa e nas causas de aumento e de diminuição de pena (Partes Geral e Especial do Código Penal)	122
2.5 Fixação da pena que serve de base à apuração do prazo prescricional nas circunstâncias agravantes e atenuantes (arts. 61, 62, 65 e 66 do CP)	123
2.6 Fixação da pena que serve de base à apuração do prazo prescricional no concurso de crimes.....	124
2.6.1 Concurso material (art. 69 do CP)	124
2.6.2 Concurso formal e crime continuado (arts. 70 e 71 do CP)	125
3. REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.....	127
4. AUMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL.....	127
5. EFEITOS DAS PRESCRIÇÕES INTERCORRENTE E RETROATIVA	127

IV – PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE 129

1. PRAZO E FORMA DE APURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	130
1.1 Se a pena fixada pela sentença foi privativa de liberdade.....	130
1.2 Se a pena foi restritiva de direitos	130
1.3 Se a pena foi só de multa (original ou substitutiva, art. 44 do CP)	131
1.4 Na hipótese de aplicação de medida de segurança.....	131
1.4.1 Ao inimputável (art. 26, <i>caput</i> , do CP)	131
1.4.2 Ao semi-imputável (parágrafo único do art. 26)	132
2. TERMO INICIAL E TERMO FINAL.....	132
3. HIPÓTESES DE OCORRÊNCIA	133
4. RECURSO DA ACUSAÇÃO	142
5. COMPETÊNCIA PARA O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	147

6. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE OU SUBSEQUENTE À SENTENÇA CONDENATÓRIA	148
V – PRESCRIÇÃO RETROATIVA	151
1. LEI N. 12.234, DE 5 DE MAIO DE 2010	151
1.1 Prescrição virtual ou antecipada e a Lei n. 12.234, de 5 de maio de 2010	153
1.2 Irretroatividade da alteração trazida pela Lei n. 12.234/2010	153
2. INEXIGÊNCIA DE RECURSO DA DEFESA	156
3. PRAZO E TERMO INICIAL E TERMO FINAL DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA	157
4. RECURSO DA DEFESA E ACÓRDÃO RECORRÍVEL	164
5. PRESCRIÇÃO PELA PENA REDUZIDA NO TRIBUNAL	166
6. FORMAS DE APURAÇÃO DO PRAZO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA	167
7. HIPÓTESES DE OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA ...	170
7.1 Primeira hipótese de ocorrência	170
7.2 Segunda hipótese de ocorrência	174
8. DO RECURSO DA ACUSAÇÃO	174
9. COMPETÊNCIA PARA O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA	181
10. EFEITOS DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA	182
11. PRESCRIÇÃO VIRTUAL, PROJETADA OU ANTECIPADA OU PRESCRIÇÃO PELA PENA IDEAL	182
VI – PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	187
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	187
2. PRAZO E FORMA DE APURAÇÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	191
2.1 Nas sentenças em que a pena imposta foi privativa de liberdade	191

2.2	Nas sentenças em que a pena de multa foi a única aplicada (art. 114, I, 2ª parte, do CP)	192
2.3	Nas sentenças em que a pena de multa foi aplicada cumulativamente com a pena privativa de liberdade (art. 114, II, 2ª parte, do CP).....	193
2.4	No caso de conversão da pena de multa em pena de detenção	193
2.5	Quando há a substituição, na sentença, da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos	194
2.6	Nas sentenças em que é imposta medida de segurança.....	196
2.6.1	Inimputáveis	196
2.6.2	Semi-imputáveis.....	197
2.7	Nas sentenças em que o cálculo da pena aplicada ao réu é alterado pelo reconhecimento da tentativa e das causas de aumento e diminuição de pena	198
2.8	Nas sentenças em que o cálculo da pena aplicada ao réu é alterado pelo reconhecimento das circunstâncias agravantes e atenuantes	201
2.9	Nas sentenças em que são reconhecidos os concursos material, formal e o crime continuado	203
2.9.1	Concurso material (art. 69 do CP)	203
2.9.2	Concurso formal e crime continuado (arts. 70 e 71 do CP)	203
3.	REDUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL	204
4.	AUMENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL.....	205
5.	TERMO INICIAL E TERMO FINAL DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.....	208
5.1	Termo inicial	208
5.2	Termo final	209
5.3	Outros termos iniciais da contagem do prazo da prescrição executória.....	215
5.3.1	Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>).....	216
5.3.2	Concessão de <i>sursis</i>	216
5.3.3	Cumprimento das condições do <i>sursis</i>	217
5.4	Revogação do <i>sursis</i>	217
5.4.1	Livramento condicional.....	218
5.4.2	Concessão do livramento condicional	219

5.4.3	Cumprimento das condições do livramento	219
5.4.4	Revogação do livramento condicional (arts. 86 a 88 do CP).....	219
5.4.5	No dia em que se interrompe a execução	221
5.5	Termo inicial	222
5.6	Termo final	223
6.	CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	224
6.1	Primeira causa interruptiva da prescrição da pretensão executória.....	224
6.2	Segunda causa interruptiva da prescrição da pretensão executória.....	232
6.3	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória aos autores do crime.....	236
6.4	Comunicabilidade das causas interruptivas da prescrição da pretensão executória aos crimes conexos objeto do mesmo processo.....	237
7.	CAUSA SUSPENSIVA (OU IMPEDITIVA) DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.....	237
8.	EFEITOS DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA	238
VII -	PRESCRIÇÃO E PERDÃO JUDICIAL.....	241
1.	NATUREZA JURÍDICA	241
2.	EFEITOS DA SENTENÇA.....	242
3.	JURISPRUDÊNCIA	242
VIII -	DIREITO DE AÇÃO E PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E PEREMPÇÃO	245
1.	PRESCRIÇÃO	245
2.	DECADÊNCIA	246
3.	PEREMPÇÃO	246
REFERÊNCIAS		249